

CERIMÓNIA DE AUTORIZAÇÃO DE APOIOS À HABITAÇÃO NO CONCELHO DE ANGRA DO HEROÍSMO

São Mateus, 22 de outubro de 2019

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Esta cerimónia tem a ver com algo que é muito importante do ponto de vista do Governo dos Açores. Tem a ver com aquilo que fazemos para concretizar uma das políticas fundamentais que, no âmbito do funcionamento da nossa Região, consideramos essencial trabalhar para a concretizar e que tem a ver com as questões relativas à habitação.

Há dois planos diferentes que se colocam aqui: um que tem a ver com a recuperação de habitação degradada, outro que tem a ver com os apoios para a recuperação de habitações devido à infestação por térmitas, mas permitam-me que saliente esse primeiro caso de recuperação de habitação.

Estamos a falar de um volume de investimento significativo em termos regionais e estamos a falar de uma política que é concretizada com recursos regionais. Não há fundos comunitários nesta componente, são recursos que, no fundo, vêm dos impostos que todos nós, daqueles que aqui estão e daqueles que, de Santa Maria ao Corvo, pagam esses impostos.

Nesta visita à ilha Terceira, estamos a falar, neste domínio da habitação, da atribuição de apoios no valor de cerca de meio milhão de euros. Hoje, aqui no concelho de Angra do Heroísmo, na freguesia de São Mateus, e amanhã, na Praia da Vitória, também com a atribuição de apoios nestas modalidades.

Estamos a falar de muitas famílias, estamos a falar de muitas pessoas e, a este propósito, gostava, de forma breve e sintética, de vos convidar a refletir sobre esta ideia: nós não estamos aqui para a atribuição de uma benesse da parte do Governo dos Açores.

Nós estamos aqui a fazer um contrato convosco e isso é muito diferente. É que, na recuperação da habitação degradada, cada um daqueles que usufrui desses apoios assume também responsabilidades.

Não é apenas o recebimento de um apoio é, no fundo, um contrato. Um contrato entre todos aqueles que pagam os seus impostos - e, com o dinheiro dos seus impostos, o Governo dirigiu recursos para esta área - e por parte de quem, para recuperar a sua habitação, necessita de apoios e compromete-se, não só a utilizar bem esses apoios, mas também a zelar pela conservação daquilo que resulta desse investimento.

Portanto, cada um daqueles que beneficia desses apoios tem uma responsabilidade grande para com todos os que, com o dinheiro dos seus impostos, permitem que, aqui na Terceira, e em todas as ilhas da nossa Região, seja possível concretizar esses apoios e seja possível dirigir recursos para isso.

A segunda ideia que gostava de vos convidar a refletir tem a ver com a importância desta política, da política de habitação. Isto é fundamental para que, também na nossa Região e cada vez mais, possamos ter condições para que as pessoas se realizem do ponto de vista pessoal, se realizem enquanto cidadãos, se realizem, no fundo, como participantes desta nossa Região Autónoma dos Açores.

O salientar desta componente e da relação que se estabelece entre aquilo que é a responsabilidade de cada um e aquilo que é este esforço coletivo, concretizado pelo Governo, é talvez uma das áreas onde tenhamos que batalhar mais, porque essa relação na utilização destes apoios, nesta área como em muitas outras, faz-nos a todos parte de um todo que é a nossa Região.

Esta noção de objetivo comum, de responsabilidade comum em relação àquilo que hoje estamos aqui a fazer é um aspeto essencial que gostaria de reiterar e de chamar à atenção neste momento.

Terceira ideia, muito simples e para terminar. Isto que estamos aqui a fazer hoje, que é formalizado através de um contrato que tem a ver com estes aspetos da política do Governo dos Açores, tem a ver, fundamentalmente, com as pessoas, tem a ver com cada uma das famílias que, por via deste apoio, vê a sua situação de habitação melhorada, vê a sua situação de habitação mais confortável, com mais qualidade, mais robustecida do ponto de vista daquilo que é o exercício deste direito de ter uma habitação condigna para si e para os seus.

Mas, mais uma vez, e termino assim, é importante ter presente que isto não acaba no momento em que a porta, a janela ou chão novo da casa de banho é colocado, essa responsabilidade comum de utilizar bem e de zelar por aquilo que resulta desse investimento perdura muito para além desse momento.

É isto que acredito que acontecerá e não tenho razões nenhuma para duvidar disso, que é salientar esta ideia de um contrato, da responsabilidade que, do outro lado, quem beneficia assume. Esta ideia de medidas que são dirigidas bem para além da sua forma, das suas proclamações, mas que têm a ver com a vida de cada um, com aquilo que isso significará na melhoria da vida de cada um, no conforto das vossas habitações e das condições para as vossas famílias.

E da responsabilidade que, também cada um de vós, assume perante todos os outros Açorianos que, com o dinheiro dos seus impostos, como vós também, contribuíram para haver recursos para estas políticas.

Termino esta minha intervenção desejando-vos as maiores felicidades na realização destas obras e que elas decorram rápidas, utilizando estes recursos, e que sirvam o seu objetivo.